

Convención sobre Diversidad Biológica pós Nagoya: desafios para a mídia em um país de megadiversidade

Elizabeth Oliveira¹ e Marta de Azevedo Irving²

Resumo

A biodiversidade representa um recurso estratégico para um país como o Brasil, ícone de megadiversidade e ator-chave nas negociações internacionais no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Neste sentido, na 10ª Conferência das Partes da CDB (COP-10), realizada em dezembro de 2010, em Nagoya, no Japão, o Brasil e outros 192 signatários da CDB reafirmaram o compromisso de redução de perda de biodiversidade global, nos próximos dez anos. Para alcançar este objetivo e as metas acordadas, no entanto, as políticas públicas nacionais precisam ser fortalecidas para integrar não apenas ações de conservação, mas também aprimorando o seu alcance no sentido de informar e sensibilizar a sociedade brasileira para a importância de uso sustentável da diversidade biológica, bem como sobre os riscos associados ao seu esgotamento. Neste caso, a mídia representa um ator central, não só para a difusão de informação, mas também na construção de sentidos e valores que influenciem a sociedade no estabelecimento de novas práticas e atitudes, diante dos riscos à biodiversidade. Com este enfoque, este artigo visa à reflexão sobre as principais questões desafiadoras para este segmento, em parceria com demais atores sociais, para incentivar o exercício de cidadania e mudanças de comportamentos com relação à biodiversidade brasileira. A análise parte de uma reflexão teórica sobre as políticas públicas de proteção da natureza, a partir da CDB e, mais recentemente, do Protocolo de Nagoya, e de seus desdobramentos em diretrizes nacionais, com base na própria mídia, por meio de notícias veiculadas sobre o tema em questão.

Palavras-chave

Biodiversidade, Protocolo de Nagoya, mídia, políticas públicas, Brasil

Resumen

La diversidad biológica representa un recurso estratégico para un país como Brasil, icono en mega-biodiversidad y un actor clave en las negociaciones internacionales en el marco del Convenio sobre la Diversidad Biológica (CDB). En este sentido, en la Décima Reunión de las Partes del Convenio sobre la Diversidad Biológica (COP-10), celebrada en diciembre de 2010 en Nagoya, Japón, Brasil y otros 192 gobiernos, Partes del CDB, reafirmaron su compromiso de reducir la pérdida de la biodiversidad mundial en los próximos diez años. Para lograr este objetivo y las metas acordadas, sin embargo, las políticas públicas nacionales deben incluir no sólo los esfuerzos de conservación, sino también mejorar su poder de informar y sensibilizar a la sociedad brasileña para la importancia del uso sostenible de la diversidad biológica, así como sobre los riesgos asociados a su agotamiento. En este caso, los medios de comunicación son actores estratégicos, no sólo para la difusión de información, sino también en la construcción de significados y valores que influyen en el establecimiento de nuevas prácticas y actitudes en la sociedad frente a las amenazas a la biodiversidad. Con este enfoque, este artículo presenta una reflexión sobre los retos para este segmento y otros actores sociales en búsqueda de la promoción del ejercicio de la ciudadanía y de los cambios de comportamiento con respecto a la biodiversidad brasileña. El análisis se basa en una reflexión teórica sobre las políticas públicas de protección de la naturaleza del CDB y, más recientemente, en el Protocolo de Nagoya y su desarrollo en las directrices

nacionales, teniendo como base, también, los propios medios de comunicación, a través de las noticias publicadas sobre el tema.

Palabras clave

Biodiversidad, Protocolo de Nagoya, medios de comunicación, políticas públicas, Brasil

R

y

P

Introdução

Embora o sentimento de fracasso anunciado tenha colocado em risco a Décima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10)³, conforme vinha sendo noticiado pela mídia⁴ o evento realizado em Nagoya, no Japão, entre 18 e 29 de outubro de 2010, teve êxito na consolidação de um acordo global sobre metas a serem implementadas pelos países signatários. Após quase duas semanas de discussões tensas, os representantes de 193 países presentes avançaram em três pontos de negociação considerados temas chaves nessa Conferência, para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): a assinatura do protocolo de acesso e repartição de benefícios dos recursos genéticos da biodiversidade (ABS)⁵, na sigla em inglês), a criação de um Plano Estratégico⁶ para a redução de perda de biodiversidade⁷ entre 2011 e 2020, e a sinalização de aporte de recursos financeiros para custeio das ações de conservação da diversidade biológica, mundialmente.

Apesar dos avanços diplomáticos, ainda são inúmeros os desafios a serem alcançados para transformar as boas intenções da COP-10 em ações concretas, na próxima década, sobretudo, em países megadiversos⁸ como o Brasil. Nesse sentido, a mídia tende a exercer um papel estratégico na construção qualificada de informação e na sua difusão para a sociedade. Ao ampliar a percepção sobre os riscos que envolvem a perda de diversidade biológica e de outros recursos naturais, a mídia tem também um grande desafio, no que se refere à consolidação de políticas públicas dirigidas à conservação da biodiversidade, entre as quais, as inspiradas pelas diretrizes da CDB.

E para que seja possível reduzir a perda de biodiversidade até 2020, entre os grandes desafios que o Plano Estratégico acordado em Nagoya estabelece está a ampliação da preservação de áreas terrestres de 10% (meta que deveria ter sido alcançada em 2010) para 17%. No caso das áreas marinhas e costeiras, a proteção da biodiversidade deve alcançar 10% desses biomas, globalmente. Esse ponto do acordo já representou um avanço em si mesmo, embora organizações ambientalistas⁹ presentes à COP-10 estivessem defendendo 20% de proteção dos territórios marinhos e terrestres globais na próxima década, uma vez que essas áreas encontram-se sob forte risco. Para que essas metas sejam concretizadas no período previsto, a principal solução que os países devem adotar é a criação de áreas protegidas¹⁰, estratégia amplamente difundida em todo o mundo.

No entanto, se por um lado a existência de áreas protegidas tende a contribuir para a preservação da diversidade biológica, por outro também tem sido alvo de controvérsias, ao redor do mundo, uma vez que estas têm origem em modelos preservacionistas e, por esta razão, têm sido fonte permanente de conflitos em relação aos modos de exploração e gestão dos recursos naturais, e que tendem a reforçar a cisão sociedade-natureza¹¹.

Para Irving (2010), o olhar fragmentado sobre a relação sociedade-natureza é uma das razões pelas quais, muitas soluções de conservação da biodiversidade, pensadas pelas instituições públicas, promovem ainda mais o distanciamento entre a sociedade e os recursos que se pretende gerir. Um exemplo é a criação de Unidades de Conservação (UCs)¹².

Presente, historicamente, na concepção e implementação de políticas públicas de conservação da biodiversidade, o olhar fragmentado sobre a relação sociedade-natureza também se reflete na difusão midiática e é uma questão que, segundo Trigueiro (2003) precisa ser enfrentada pelos jornalistas, para que seja possível avançar na melhoria do entendimento da sociedade sobre os temas ambientais e suas interfaces com outras questões de interesse coletivo.

Mas, independentemente dos dilemas relacionados à qualidade e profundidade da cobertura, particularmente em relação à biodiversidade, inúmeros veículos de comunicação abriram espaço para repercutir os debates sobre a COP-10 e deram o tom das questões que o Brasil terá que enfrentar, futuramente, no âmbito da CDB. As implicações legais do acordo assinado em Nagoya são partes dos desafios. “Para entrar em vigor, o Protocolo de Nagoya deve ser ratificado pelos países e os governos terão de adotar leis e regulamentações nacionais sobre acesso e divisão dos benefícios para colocá-lo em prática”.¹³

Nesse sentido, a revisão da legislação sobre ABS¹⁴ será uma das mais importantes lições de casa para o Brasil. O tema é complexo e as suas definições se arrastam desde o início da década passada¹⁵. Desde 2002, no Brasil o acesso aos recursos genéticos é regulado pela Medida Provisória 2186/2001 que é alvo de muita polêmica, sobretudo por parte do setor produtivo e da academia, em função das limitações à pesquisa científica e à utilização de ativos da biodiversidade para fins industriais.¹⁶

Segundo informações divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente, o governo brasileiro pretende promover avanços em relação a essa questão, enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei que tratará do tema. “O projeto deverá garantir a geração de recursos para a pesquisa científica, a conservação do patrimônio natural, além de prever o auxílio técnico ou financeiro às comunidades que detêm conhecimentos relacionados a esses bens naturais”.¹⁷

Assim, tendo em vista a complexidade envolvida neste tema, parece essencial um exame crítico do papel da mídia nos desdobramentos da COP-10 e dos compromissos assumidos em Nagoya com relação à Convenção sobre Diversidade Biológica.

Mídia, ator estratégico para a CDB e as metas de Nagoya

Em cenários de crise ambiental global acentuada nas duas últimas décadas por fenômenos climáticos, poluição de rios, destruição de *habitats*,¹⁸ aumento da quantidade de espécies ameaçadas de extinção, entre tantos outros dilemas que podem provocar perdas econômicas e queda na qualidade de vida da sociedade contemporânea, o papel social da mídia tem sido cada vez mais discutido. Não é por acaso que sua importância, como relevante ator social, tem sido mencionada em diversas publicações recentes e nos conteúdos de políticas públicas. Capaz de formar opinião, construir significados e influenciar o processo de tomada de decisões esse é um segmento considerado estratégico, na contemporaneidade, embora seja também alvo de inúmeras críticas.

Para Hannigan (2009) a participação da mídia é fundamental, tanto para garantir visibilidade dos temas ambientais na sociedade, como para inspirar políticas públicas de proteção da natureza. Segundo o autor:

Para passar os problemas ambientais da condição de questão para uma política pública, a visibilidade da mídia é crucial. Sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público ou se tornar parte do processo político, são bastante reduzidas. (HANNIGAN, 2009, p. 121)

Michelotti (2008, p.59) afirma que “entre os sociólogos ambientais, Hannigan foi o primeiro teórico a apontar o enquadramento da mídia como imprescindível para que um problema ambiental possa ser construído socialmente, de forma bem-sucedida”.

Novaes (2005, p.15) reafirma a importância do papel da mídia no processo de sensibilização da sociedade sobre as questões ambientais. O autor defende que, somente a comunicação pode contribuir para tirar os principais dilemas de uma posição periférica e desconectada da realidade cotidiana:

Não há problema mais delicado para o meio ambiente, hoje, que o da comunicação. Só ela pode retirar as chamadas questões ambientais do gueto em que estão colocadas (fazendo de conta que são isoladas, apartadas) e levar à sociedade a entender que todas as ações humanas têm impactos sobre o concreto – a água, o solo, o ar, os seres vivos [...].

Campos (2006) também menciona a importância da mídia para apoiar ações educacionais e gerar reflexões éticas, além incentivar o exercício da cidadania e as mudanças de postura da sociedade, com relação aos dilemas socioambientais. Para o autor, é estratégica a participação dos meios de comunicação no processo de construção de alternativas de alerta sobre o consumismo exagerado que, segundo discute, está entre as razões para o uso insustentável dos recursos naturais na contemporaneidade.

Assim, o próprio consumo representa um tema a ser mais discutido pela mídia no âmbito das metas acordadas em Nagoya, uma vez que o modo de existir da sociedade contemporânea tende a afetar diretamente a capacidade de suporte dos ecossistemas¹⁹ para atender a demandas tais como alimentos, fibras, madeira, entre outros recursos.

Em pesquisa sobre o consumo verde no Brasil, Tavares & Irving (2009) se referem à mídia como um segmento, paradoxalmente, capaz de “manipular” e, ao mesmo tempo, de produzir “massa crítica”. Esta pesquisa reflete também sobre o poder da mídia tanto para difundir como para influenciar a construção de políticas públicas de proteção da natureza.

Os autores registram o crescimento da cobertura de temas ambientais nos meios de comunicação, fenômeno observado após a RIO-92²⁰, e analisam, em profundidade, a capacidade de controle social pela mídia. Mas além de difundir costumes, valores e idéias, que por sua vez provocam desejos e ditam novos tipos de comportamento, a mídia também é influenciada pelo mercado e pelo seu público. Para os autores (op. cit) a mídia integra, assim, o “rizoma verde”, influenciando e sendo influenciada por todos os outros atores sociais, no plano da imanência (2009, p.181). De acordo com a

pesquisa, a análise sobre o papel da mídia no processo de construção da informação ambiental foi reforçada por entrevistas com jornalistas especializados na cobertura de temas ambientais e segundo os autores:

Compreender a Mídia, neste contexto, é refletir sobre ela como processo de enunciação dos agenciamentos capitalísticos com implicações ético-políticas, na transversalidade, como movimento rizomático, de um novo paradigma estético e de seus múltiplos aspectos, entre os quais os ecológicos. Nesse processo de subjetivação, os discursos de Consumidores e Empresas, e dos demais atores sociais são atravessados pelo discurso midiático, carregado de intertextualidades de “natureza” ecológica. Ou seja, o processo de subjetivação dos diferentes atores sociais que compõem o olhar do “rizoma verde”, é agenciado midiaticamente. Contudo, o próprio discurso da mídia também se vê, de maneira imanente, produzido, igualmente, pela influência de Empresas, Consumidores, Governo, ONGs. (TAVARES & IRVING, 2009, p.181)

Embora a comunicação seja ressaltada, por diversos autores, como fator relevante para a sensibilização da sociedade sobre as questões relacionadas à proteção e ao uso sustentável dos recursos naturais, duas pesquisas acadêmicas discutidas a seguir, realizadas com o intuito de investigar o papel da mídia na difusão de políticas públicas ambientais recentes, parecem ilustrar que ainda há um longo caminho, a ser percorrido, para que esse objetivo seja alcançado.

Ao analisar a participação da sociedade e da mídia ambiental no processo de construção do PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas²¹ (Brasil, 2006), uma importante política pública para a proteção da natureza em território nacional, Oliveira (2007) constatou que jornalistas especializados não foram efetivamente mobilizados para esta política e não tinham conhecimento sobre ela, apesar de sua relevância, como parte dos compromissos assumidos pelo país na condição de signatário da CDB.

Para entender se a mídia havia sido mobilizada no processo de construção e difusão do PNAP, Oliveira analisou o funcionamento do FNAP (Fórum Nacional de Áreas Protegidas)²², idealizado pelo governo brasileiro com a proposta de integrar a sociedade, por meio de uma plataforma de comunicação virtual, hospedada no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Esse espaço de diálogo foi planejado para funcionar

durante a construção do PNAP, bem como posteriormente, durante a implementação dessa política pública de proteção da natureza, inspirada nas diretrizes da CDB.

Esta pesquisa, realizada entre 2005 e 2007, envolveu a realização de 24 entrevistas (12 com atores sociais integrantes do FNAP e 12 com jornalistas considerados referência na cobertura de temas ambientais no Brasil e conhecedores das questões relacionadas às áreas protegidas).

Um dos resultados indicou que, por falta de uma estratégia de mobilização da mídia, além de não ter havido visibilidade do Fórum, foi dificultado o acesso dos profissionais de comunicação às informações sobre o seu funcionamento, e, por conseguinte, limitada a difusão do PNAP para a sociedade no período em que essa política pública estava em construção.

Segundo Oliveira (op.cit), o Fórum Nacional de Áreas Protegidas que deveria, em tese, ter a função de funcionar como uma arena de debate sobre a questão das áreas protegidas e seus desafios para a proteção da biodiversidade, se tornou uma instância técnica de raras discussões entre especialistas no tema, em função de inúmeros problemas operacionais. Ou seja, embora as políticas públicas tenham avançado na busca de ferramentas de participação social, estas ainda não se efetivaram como tal, em decorrência dos jornalistas ou de parceiros estratégicos da construção e difusão da informação não estarem mobilizados para dialogar e atuar como agentes de comunicação e sensibilização da sociedade em relação aos dilemas socioambientais.

Em outra pesquisa sobre o tema, Trannin (2005) buscou interpretar como ocorreu a difusão do SNUC²³ - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000) na mídia, de junho de 1999 a junho de 2004. O período de análise corresponde ao ano anterior à criação dessa política pública de proteção da natureza e aos quatro anos subsequentes. O veículo pesquisado foi a revista *Veja*²⁴. Para isso, foram analisadas matérias, veiculadas no período, considerando como temas-chave do SNUC, bem como as expressões “Áreas Protegidas” e “Unidades de Conservação”.

O objetivo da pesquisa foi investigar o processo de difusão da informação sobre as Unidades de Conservação neste veículo de alcance nacional. Além disso, a pesquisa

buscou levantar, a partir de entrevistas com 20 jornalistas considerados referência na cobertura de temas ambientais no Brasil, denominados “construtores da informação”, como esses profissionais compreendem esse tipo de política pública e que recomendações propõem para efetivá-la.

Como resultado do trabalho, não foi registrado, no período analisado, e na mídia impressa escolhida, nenhuma matéria que tivesse relação direta com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, nem mesmo na época de sua criação, em 18 de julho de 2000. Tal resultado representa uma preocupação, uma vez que o SNUC é considerado uma política pública brasileira de referência no âmbito do cumprimento das metas da Convenção sobre Diversidade Biológica.

O fato de o SNUC não ter sido, sequer mencionado na mídia analisada, no período da pesquisa, levou Trannin (op.cit) a interpretar esse resultado com relação à dificuldade da mídia em produzir informações qualificadas sobre políticas públicas nacionais relativas ao tema de conservação da biodiversidade e, conseqüentemente, à sociedade em incorporá-lo. Isso porque, a mídia de massa não dedica espaço editorial à difusão dessa temática e, quando algum tema relacionado é difundido, não é apresentado de forma clara.

Segundo Trannin, do total de 375 matérias analisadas, no período, apenas 61 tiveram relação com a temática da proteção da natureza. E, nesse universo, somente em 7%, alguns conceitos norteadores da política foram citados. Ainda assim, de forma superficial, difusa e pouco precisa. Do total pesquisado, apenas 13% das matérias foram interpretadas como tendo uma perspectiva analítica correta.

A análise indicou, também, que a biodiversidade foi o tema principal das matérias pesquisadas com alguma vinculação à proteção da natureza (66%), embora o enfoque prioritário desse tipo de difusão da biodiversidade tenha partido de uma leitura utilitarista sobre os recursos naturais e a gestão estratégica da biodiversidade através das denominadas Unidades de Conservação aparecesse apenas de forma periférica.

O resultado da pesquisa também revelou que, em 77% das matérias, o ser humano é apresentado como agente externo à natureza, o que tende a reforçar a cisão sociedade-

natureza, uma das questões centrais na perspectiva da discussão sobre a temática em foco. Ainda segundo esta pesquisa, a maioria das matérias jornalísticas analisadas (53%) apresentou a natureza de forma espetacularizada²⁵, como discutido a seguir:

(...) mais da metade (53%), desta difusão é apresentada na sua forma considerada “negativa” (catástrofes, incêndios, desmatamentos, etc.) e 47% na sua forma “positiva”, difundindo beleza cênica natural, na sua maioria com foco nas possibilidades turísticas da região. Este dado parece indicar que a catástrofe continua sendo a tônica da difusão. (TRANNIN, 2005)

Com base nesses resultados, Trannin (2005) e Trannin, Irving & Pedro (2006) discutem a importância de se pensar em alternativas de superação das lacunas no conhecimento dos jornalistas ambientais e da mídia em geral, em relação às políticas públicas de proteção da biodiversidade, sobretudo, àquelas relacionadas às áreas protegidas. No sentido de fomentar o acesso à informação especializada, as autoras sugerem que sejam apoiadas ações de capacitação especificamente dirigidas aos denominados “construtores da informação”, além do fortalecimento de Assessorias de Imprensa nas agências governamentais, para que funcionem como canais de diálogo e cooperação com os profissionais da mídia.

As autoras mencionam, ainda, o problema recorrente de espetacularização da notícia, o que tende a gerar distorções de seus significados. Apesar de todos os problemas identificados, reafirmam que a mídia é um segmento imprescindível para garantir visibilidade às questões ambientais, evidenciando riscos e oportunidades de mudanças de comportamento, em um contexto global marcado pelo uso insustentável da biodiversidade e de outros recursos naturais.

Considerado uma referência na cobertura jornalística de temas ambientais no Brasil, André Trigueiro²⁶ também apresenta uma contribuição a esse debate quando analisa que, apesar de alguns avanços, os meios de comunicação ainda se utilizam do viés da espetacularização das notícias ambientais, dando especial enfoque às tragédias, com objetivo de atrair audiência. Assim, esse segmento deixa de cumprir uma função educativa e de contribuir para promover transformações necessárias rumo a um modelo de convivência mais harmoniosa entre a sociedade e a natureza. Segundo discute:

A sensibilidade da mídia para os assuntos ambientais é invariavelmente determinada por circunstâncias trágicas. Vazamentos

de óleo, enchentes, estiagem, queimadas, furacões e terremotos merecem lugar de destaque no noticiário, o que é correto. Mas ainda nos falta, enquanto profissionais de comunicação, perceber a urgência de abrir espaço na mídia para novas pautas que cumpram dois objetivos distintos: explicar com clareza e objetividade os desafios que temos pela frente em relação ao aquecimento global, escassez de recursos hídricos, desertificação do solo, destruição voraz da biodiversidade, multiplicação do volume de lixo, consumismo desenfreado e compulsivo, desertificação do solo, transgenia irresponsável (entre outros assuntos um tanto ausentes no noticiário); e sinalizar rumo e perspectiva para a sociedade dando visibilidade a inúmeros exemplos de que é possível viver em um mundo sustentável, ou seja, construir um projeto de desenvolvimento que gere riqueza sem destruir o meio ambiente (...).

Publicações recentes, como as que serão discutidas a seguir, discutem, também, a importância da mídia para incentivar uma nova postura dos cidadãos diante de uma crise ambiental que só tende a se agravar, caso permaneçam os atuais níveis de uso insustentável da biodiversidade e de outros recursos naturais. Os alertas sinalizam, principalmente, para a relevância do fortalecimento de estratégias de comunicação e sensibilização da sociedade no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica para que deixe de ser apenas um acordo diplomático e seja internalizada como um compromisso global.

O papel da mídia em cenários de riscos

No GBO3²⁷ Relatório sobre o Panorama da Biodiversidade Global 3 (2010), BAN Ki-moon²⁸, afirma que o objetivo de redução significativa de perda de biodiversidade, acordada em 2002, por lideranças mundiais, não foi cumprido. Os esforços globais, empreendidos nos últimos oito anos, não foram suficientes para frear as inúmeras pressões que colocam em risco os ecossistemas, responsáveis pelo bem-estar da sociedade, pela manutenção das espécies animais, vegetais e demais formas de vida, bem como pela oferta de serviços ambientais²⁹, além de outras funções ecológicas.

Neste sentido, os riscos são constantes e estão se intensificando, segundo alerta o relatório, resultado de uma vasta pesquisa baseada em dados divulgados pelos países signatários da CDB. Entre outros objetivos, a publicação pretende chamar a atenção da sociedade global sobre o tema, considerando que 2010 foi designado pela Organização

das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Biodiversidade³⁰ e também para fomentar os debates durante a COP-10, em Nagoya.

Outra mensagem do relatório, que precisa ser compreendida pela mídia e, conseqüentemente, melhor traduzida para a sociedade, se refere ao fato de que, além dos impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da perda de biodiversidade, há também implicações simbólicas no processo, já que o valor das espécies e das relações que as sustentam é de difícil mensuração e transcende a esfera comercial. Segundo a publicação:

O fornecimento de alimentos, fibras, medicamentos e água potável, a polinização das culturas, filtragem de poluentes, e a proteção contra desastres naturais estão entre os serviços ecossistêmicos potencialmente ameaçados pelo declínio e pelas mudanças na biodiversidade. Serviços culturais, tais como os valores espirituais e religiosos, as oportunidades de conhecimento e educação, valores recreativos e estéticos encontram-se também em declínio. (GBO3, 2010, p.9)

Assim, pensar o papel da mídia no âmbito do Protocolo de Nagoya pressupõe também uma nova perspectiva no processo de tradução da informação técnica para a sociedade e sua internalização pelo próprio setor, de uma forma mais complexa e menos operacional.

Achim Steiner³¹ considera urgente a definição de um pacto entre empresas, instituições de pesquisa, governos e outros segmentos estratégicos, entre os quais a mídia, para que seja possível se colocar em prática soluções de atendimento às demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, intensificar medidas de proteção de todas as formas de vida na Terra. Como “prova de fogo” para alcançar esse objetivo, ele menciona a necessidade de aproximação entre cientistas e formuladores de políticas públicas.

Outra questão desafiadora, mencionada no relatório, se refere aos esforços de conservação e uso sustentável da biodiversidade ainda serem insuficientes ou recebem menos investimentos do que aqueles que se destinam ao desenvolvimento industrial e à criação de infraestrutura. Assim, conservação da biodiversidade não representa uma prioridade orçamentária em políticas públicas. Um exemplo dessa realidade foi

mencionado por um especialista no tema no Brasil: “(...) Em escala global, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) contabilizou um fluxo total anual de US\$ 7 bilhões para a conservação da biodiversidade. Ora, somente as unidades de conservação já criadas - apenas uma parcela dos trabalhos de conservação - exigiriam US\$ 14 bilhões para o seu correto manejo. Uma rede minimamente necessária de unidades de conservação em nível global exigiria US\$ 45 bilhões. E vejam que proteger a biodiversidade nos convoca a pensar muito além de unidades de conservação (...)”.³²

Apesar dos alertas sobre os dilemas a enfrentar, o relatório GBO3 também menciona avanços no âmbito da CDB, entre os quais, o fato de mais de 170 países (87% das Partes da Convenção) terem desenvolvido estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação denominados de ENBPAs³³.

O relatório GBO3 recomenda que os ENBPAs impulsionem uma série de ações em países, incluindo o acesso à informação por meio de fortalecimento de estratégias participativas de comunicação e sensibilização da sociedade.

Nesse caso, a mídia teria um papel central, uma vez que por meio de suas inúmeras ferramentas de comunicação poderia ampliar a percepção e o entendimento da sociedade sobre a temática em discussão que, segundo o relatório, envolve os seguintes desafios:

- **Transversalidade:** a biodiversidade será mais bem protegida se for um fator importante nas decisões tomadas em uma grande extensão de setores, departamentos e atividades econômicas, sistemas para planejamento do uso da terra, da água doce e de zonas marítimas (ordenamento de território), e políticas de redução da pobreza e de adaptação às mudanças climáticas.
- **Comunicação e participação:** as estratégias só serão eficazes se realmente envolverem as pessoas mais próximas dos recursos que por elas devem ser protegidos. Muitas vezes as melhores soluções serão impulsionadas pela demanda local, utilizando estruturas legais e institucionais estabelecidas numa instância maior.
- **Ferramentas para implementação:** abordagens especiais, tais como a tomada de decisões integradas, baseadas na manutenção e melhoria da saúde global dos ecossistemas, ou a introdução de políticas de pagamentos para o uso dos até agora "gratuitos" serviços ecossistêmicos, podem auxiliar na proteção da biodiversidade.
- **Conhecimento:** para que boas decisões sejam tomadas, a melhor informação disponível sobre a biodiversidade de um país ou região

deve estar acessível para as pessoas certas no momento certo. O Mecanismo de Facilitação de Informações (The Clearing-House Mechanism), um sistema de compilação, coordenação e fornecimento de acesso a conhecimentos relevantes e atualizados, é uma ferramenta chave fornecida pela estrutura da CDB.

- **Monitoramento:** avaliar e comunicar os progressos na consecução dos objetivos e metas definidos por uma estratégia de biodiversidade, é uma maneira importante de melhorar sua eficácia e visibilidade.
- **Financiamento e capacitação:** ações coordenadas para a proteção da biodiversidade só serão significativas se houver dinheiro para fazê-las e se houver pessoas que saibam como fazê-las. (GBO3, 2010, p. 20)

O alcance da mídia também parece ser fundamental para reforçar outro alerta do relatório: as populações mais pobres serão, primeiramente, as mais afetadas pela perda progressiva de biodiversidade, uma vez que este problema está intrinsecamente relacionado à disponibilidade de alimentos e água limpa, entre outros recursos essenciais à sobrevivência e à qualidade de vida no planeta. Assim:

Dar maior prioridade para a biodiversidade é fundamental para o sucesso do desenvolvimento e de medidas para a redução da pobreza. Está claro que continuar com os modelos “de negócios como de costume” (“business as usual”) comprometerá o futuro de todas as sociedades humanas, principalmente das mais pobres, que dependem diretamente da biodiversidade para suprir uma proporção particularmente elevada de suas necessidades básicas. A perda de biodiversidade está frequentemente relacionada à perda da diversidade cultural, e tem um alto impacto negativo especialmente nas comunidades indígenas. (GBO3, 2010, p. 11)

O relatório recomenda, ainda, que as estratégias de comunicação, educação e sensibilização devem ser priorizadas para assegurar que o valor da biodiversidade possa ser realmente compreendido e que medidas sejam adotadas para a sua proteção, incluindo o estímulo às mudanças nos padrões de consumo e comportamentos. Nesse contexto, parece também fundamental o papel da mídia na difusão da importância econômica, social, ambiental e cultural dos serviços ecossistêmicos, em diversas dimensões:

- **Serviços de provisão,** ou o fornecimento de bens de benefícios diretos para as pessoas, e muitas vezes com um evidente valor monetário, como a madeira proveniente de florestas, plantas medicinais e os peixes dos oceanos, rios e lagos.

- **Serviços reguladores**, o sortimento de funções vitais realizadas pelos ecossistemas, que raramente recebem um valor monetário nos mercados convencionais. Eles incluem a regulação do clima por meio do armazenamento de carbono e do controle da precipitação local, a remoção de poluentes pela filtragem do ar e da água, e a proteção contra desastres, como deslizamentos de terra e tempestades costeiras.
- **Serviços culturais**, não fornecem benefícios materiais diretos, mas contribuem para ampliar as necessidades e os desejos da sociedade e, conseqüentemente, a disposição das pessoas a pagar pela conservação. Eles incluem o valor espiritual ligado a determinados ecossistemas, tais como os bosques sagrados e a beleza estética das paisagens ou das formações costeiras que atraem turistas.
- **Serviços de suporte**, não fornecem benefícios diretos para as pessoas, mas são essenciais para o funcionamento dos ecossistemas e, portanto, indiretamente responsáveis por todos os outros serviços. A formação dos solos e os processos de crescimento das plantas são alguns exemplos. (GBO3, 2010, p.23)

A União Internacional para a Conservação da Natureza IUCN (na sigla em inglês), organização ambientalista cujas ações têm norteado políticas públicas globais de proteção da diversidade biológica, na tentativa de impulsionar o cumprimento dos objetivos e metas da CDB, também tem buscado desenvolver estratégias visando à ampliação da percepção da sociedade sobre a importância da biodiversidade para o bem estar humano e os riscos associados à sua perda. Nesse sentido, por meio da sua Comissão de Educação e Comunicação (CEC)³⁴, tem tentado mobilizar a mídia e outros atores sociais considerados prioritários no âmbito da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Esse trabalho vem sendo desenvolvido, principalmente, por meio de ações da estratégia denominada de Comunicação, Educação e Consciência Pública (CEPA, na sigla em inglês), aprovada na Sexta Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-6), em 2002, na Holanda.

Em publicação que apresenta os objetivos, ações e orientações da CEPA, Hesselink, F.J. *et al* (2007) afirmam que a opinião pública é um elemento importante para influir em políticas públicas. O mesmo ocorre em relação aos meios de comunicação, mencionados como mediadores de diálogos entre diferentes atores sociais, entre os quais, os formuladores e gestores dessas políticas. Apesar do reconhecimento dessa relevância, os autores argumentam que há também desconfiança em relação à mídia, por

parte de alguns segmentos, entre os quais, cientistas envolvidos com pesquisas sobre diversidade biológica. Segundo mencionam, alguns deles chegam a considerar a mídia como “inimiga” da biodiversidade ao divulgar informação desfavorável, quando deveria “moldar” percepções e atitudes mais positivas em prol de ações de conservação. “Os especialistas atribuem esta falta de atenção da mídia à ignorância sobre a diversidade biológica e defendem fortemente a necessidade de “educar” os meios de comunicação”.³⁵

Segundo os autores, uma orientação da CEPA para que as dificuldades de entendimento dos profissionais da mídia em relação à biodiversidade comecem a ser superadas é a mobilização desse segmento para viagens de campo, seminários e outros eventos de capacitação em áreas que permitam o contato direto com a natureza. As experiências que devem ser planejadas por organizações governamentais e não governamentais envolvidas com a implementação das diretrizes da CDB, permitem, principalmente, melhorar a contextualização dos fatos e enriquecer os conteúdos jornalísticos de acordo com os interesses da audiência de cada veículo.

As ações de capacitação em campo para a mídia, segundo os mesmos autores, podem contribuir, ainda, para a superação de uma dificuldade de muitos veículos de comunicação que deixam de enviar seus profissionais para áreas ricas em biodiversidade, mas distantes dos grandes centros urbanos, por contenção de custos. Essa realidade, segundo avaliam, é uma das razões da falta de profundidade ou de espaço na cobertura da pauta da diversidade biológica.

Por todas as razões expostas neste artigo, para o Brasil, país líder entre os megadiversos, as recomendações do Relatório GBO3 e da IUCN tendem a ser fundamentais para reflexões em políticas públicas e no plano do comportamento da sociedade no âmbito da CDB, principalmente, no que se refere às estratégias de comunicação, educação e sensibilização. Mas, apesar de consideradas cruciais, essas são questões complexas e desafiadoras que exigem uma nova postura da mídia, em cenário futuro, conforme discutido a seguir.

Reflexões sobre a mídia em cenários futuros

Partindo das reflexões já apresentadas neste artigo é importante reafirmar que são inúmeros os desafios da mídia relacionados à difusão da CDB e seus desdobramentos após Conferência de Nagoya. Nesse sentido, os tomadores de decisões, gestores de políticas públicas e outros atores sociais precisarão colocar em prática, principalmente, ações de capacitação para profissionais desse segmento, a fim de melhorar a qualidade da cobertura jornalística e, conseqüentemente, contribuir para uma mudança de postura da sociedade em relação à agenda da conservação da biodiversidade. Uma das conseqüências desse tipo de investimento, poderia ser o alcance de mais equilíbrio em relação aos espaços dedicados à difusão desse tema, em detrimento de outros mais presentes no noticiário diário, entre os quais, a questão climática.

O jornalista e cientista político, Sérgio Abranches³⁶ apresenta contribuições a esse debate quando argumenta que a agenda climática³⁷ tem alcançado mais repercussão na mídia e, conseqüentemente, atraído mais atenção dos governos e da sociedade do que a agenda da biodiversidade. Para ele, parte da explicação para esse dilema se deve ao fato de as questões relacionadas à Convenção sobre Diversidade Biológica terem ficado mais concentradas “nas mãos dos cientistas” do que dos governos e da mídia. Enquanto isso: “o clima, por afetar interesses econômicos poderosos, chama mais a atenção de governos, empresas e imprensa”.

Os argumentos da professora Marta Irving³⁸ seguem a mesma linha de raciocínio, quando sinalizam que a repercussão da agenda da biodiversidade na mídia está muito aquém da difusão alcançada pela agenda climática. Mas, para ela, uma das respostas a essa questão está na forma espetacularizada da abordagem sobre as mudanças climáticas nos meios de comunicação, seguindo o enfoque das catástrofes previstas pelos cientistas. “A COP-15 (15.^a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas) em Copenhague foi o clímax do espetáculo”.

Em contrapartida, Irving discute que pela falta de capacidade de tradução de temas científicos e seus efeitos no cotidiano, entre outros dilemas, a CDB ainda não conseguiu levar à sociedade o entendimento da importância da biodiversidade para a existência humana e, muito menos, evidenciar a conexão do tema com a agenda climática.

As ponderações de Irving e Abranches, por sua vez, encontram ressonância na análise da jornalista Cilene Victor³⁹, para quem a cobertura da temática da biodiversidade pela mídia, ainda não corresponde à dimensão da sua importância. Segundo ela, isso se deve, em parte, à incompreensão do termo pelos jornalistas e, também, pela abordagem cotidiana muito limitada à reprodução de relatórios que enfocam, por exemplo, a situação de espécies ou as ameaças às florestas tropicais.

Como alternativas à superação dos desafios relacionados à melhoria da qualidade do processo de difusão da temática da biodiversidade para a sociedade, a jornalista sugere que os profissionais da mídia se mobilizem para contar melhor as histórias. Para isso devem buscar o entendimento das questões abordadas e contextualizá-las em relação à realidade local de sua audiência, o que certamente, implica em ações de capacitação.

No esforço para melhor traduzir os desafios para a sociedade, a jornalista considera que os pesquisadores também devem explicar mais claramente a importância da natureza para as pessoas, usando uma linguagem livre de jargões e apresentando exemplos que facilitem a compreensão dos problemas abordados. Assim, “... a chave para o sucesso dessa comunicação será a capacidade de mostrar que as pessoas fazem parte da biodiversidade, que dependem da sua riqueza e são profundamente afetadas pela sua perda”.

No âmbito da implementação da CDB, a melhoria da comunicação em relação às conexões existentes entre as agendas do clima e da biodiversidade, bem como suas ligações com as ações humanas, parece ser uma das questões mais desafiadoras, segundo outra análise:

“A disparidade entre a importância que a sociedade percebe dos temas biodiversidade e mudanças climáticas é completamente equivocada e tem duas causas principais que se relacionam. Uma é a complexidade na compreensão da relação entre biodiversidade e as atividades humanas e a outra é o espaço desproporcional dado pela mídia aos dois temas. Tudo isso é fruto de uma falha grave que acredito ser o maior desafio para a sustentabilidade como um todo, a comunicação. O caminho para um desenvolvimento sustentável passa por grandes mudanças no modelo de produção, no estilo de vida e recai, em última instância, no indivíduo. A questão é que uma pessoa não vai mudar seu comportamento sem que seja convencida de que isso será bom

para si mesma, para seus filhos, para seu bolso e, por fim, para o mundo”.⁴⁰

O desafio de mobilizar a sociedade, por meio da mídia, para compreender as conexões entre a agenda de conservação da biodiversidade e outras frentes, tais como as relacionadas ao equilíbrio climático, está posto. De acordo com outra reflexão, apresentada por Amália Safatle⁴¹, jornalista especializada na cobertura de temas socioambientais, esse é um dos enquadramentos importantes para a análise da COP-10. As ponderações, no entanto, extrapolam os limites da Convenção realizada em 2010 e podem inspirar, tanto a mídia como os gestores de políticas públicas, quanto aos dilemas relacionados à sensibilização da sociedade para questões cruciais no âmbito da CDB como a comunicação:

“(…) Menos fácil de ser compreendida em termos econômicos como a questão do clima (na qual já existe, por exemplo, um mercado de créditos de carbono em funcionamento e consolidação), a biodiversidade e a tragédia de suas perdas não parecem ser tão sentidas na pele humana. Nunca a nossa espécie contou com uma expectativa de vida tão alta e tanto conforto, propiciados pelo avanço da ciência, da medicina, da tecnologia. Assim, talvez não soe tão óbvio o vínculo entre a necessidade de conservação das espécies, o bem-estar e a sobrevivência humana. Como convencer as pessoas de que o vínculo é mais forte do que pode parecer? De que todo esse conforto, essa oferta de alimentos e medicamentos não devem durar para sempre, mantido o ritmo de destruição? De que perdas importantes de vida estão acontecendo mesmo agora, ou já ocorreram, antes que pudéssemos pesquisar e descobrir seus valores? Os aspectos morais e ainda mais essencialmente o amor gratuito pela vida da Terra em toda a sua diversidade, por si só, já deveriam sensibilizar e mover as pessoas em prol da conservação. Mas sabemos que o gênero humano age, sobretudo, por interesse próprio. E nem esse interesse próprio aparece tão visível e palpável. Eis aí o grande desafio de mobilização e de comunicação para a COP da Biodiversidade (…).”

Outra questão que merece uma atenção especial por parte da mídia, na opinião de uma especialista, é o monitoramento da implementação dos desdobramentos da COP-10, nas ações e políticas públicas futuras de conservação da biodiversidade: “(…) Resgatar decisões passadas e acompanhar estes processos também é notícia e uma forma de cobrar ações dos órgãos governamentais. As pessoas têm memória curta e necessitam entender o trâmite destas decisões.”⁴²

Considerações finais

A partir das idéias e reflexões apresentadas como pano de fundo dessa discussão, parece claro que a implementação de estratégias de comunicação e de sensibilização da sociedade, para evidenciar os dilemas relacionados à proteção da biodiversidade, representa um grande desafio, tanto para os gestores envolvidos com políticas públicas que se desdobram a partir da CDB, como para os profissionais da mídia.

O tema é complexo e demanda o acompanhamento permanente para a geração de novas reflexões, o que torna fundamental, também, a participação da academia na produção de estudos e recomendações que possam nortear novos olhares sobre a temática em questão, fundamental para o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano.

A julgar pelos equívocos históricos que tem marcado a criação de políticas públicas e, também, a cobertura da mídia sobre os temas de proteção da natureza, principalmente, em relação à biodiversidade, há um longo caminho a ser percorrido pelos gestores, ambientalistas e profissionais de comunicação. Esses desafios, certamente estarão presentes e precisam ser avaliados cuidadosamente, nos próximos anos, para que a implementação do Plano Estratégico, acordado durante a COP-10, atinja seus objetivos e consiga mobilizar a sociedade para questões fundamentais à sobrevivência humana.

Referências bibliográficas

Brasil, 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília, Diário Oficial da União. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

Brasil, 2006: Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Diário Oficial da União, Brasília, 17 abr. 2006.

Campos, P. C. Ecologia Humana: O pressuposto da Ética na preservação do Meio Ambiente - Breve história sobre as origens e conceitos do Movimento Ambientalista. Razón y Palabra, v. 12, p. 01-35, 2006. Disponível em:
<http://razonypalabra.org.mx/libros/libros/ecologiaetica.pdf>
Acesso em 10/12/2010.

Diegues, C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPA UB/USP, 1996.

Hannigan, John. Sociologia ambiental. Petrópolis - Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

HESSELINK, F.J. *et al.* Comunicación, Educación y Conciencia Pública. Una caja de herramientas para personas que coordinan las Estrategias y planes de acción nacionales sobre diversidad biológica. Montreal, 2007. Disponível em:

http://www.iucn.org/about/union/commissions/cec/cec_resources/
Acesso em 12/12/2010.

Ibge. Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2004.

Irving, M.A. *et al.* Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M.A. (Org.). Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius, p. 41-75, 2006.

Irving, M.A. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v.4, nº12, p. 122-147. Janeiro-Abril 2010.

Michelotti, Gabriela. A interação entre movimento ambientalista, meios de comunicação e ciência na problematização da crise ambiental. In: GIRARDI, I.M.T. & SCHWAAB, R.T. (Orgs). *Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre, Dom Quixote Editora, p. 56-66, 2008.

Novaes, Washington. Prefácio. In: Trigueiro, André. *Mundo Sustentável: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo, Globo, p.15-17, 2003.

Oliveira, Elizabeth. Fórum Nacional de Áreas Protegidas: A Galáxia da Internet como alternativa para a difusão de informação e articulação social? Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, Panorama da Biodiversidade Global 3, Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA), 2010.

Tavares, Fred. & Irving, M. A. *Natureza S.A. O consumo verde na lógica do Ecopoder*. São Carlos, RiMa Editora, 2009.

Trannin, M.C. *Mídia, você é verde?* . Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Trannin, M.C.; Irving, M.A.; Pedro, R.M.L. *Mídia, você é verde?* In: IRVING, M.A. (Org.). Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p.170-183.

Trigueiro, André. *Meio Ambiente na Idade Mídia*. In: *Meio Ambiente no Século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p.75-89.

¹ Jornalista com atuação na cobertura de temas socioambientais, colaboradora de publicações especializadas no Brasil, com mestrado pelo Programa EICOS de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ). Tem também especialização em Gestão Ambiental (UFRJ/Brasil-PNUMA) e aperfeiçoamento em Gestão da Sustentabilidade e Responsabilidade Social (Fundação Dom Cabral). É integrante do Grupo de Pesquisa Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social - GAPIS (Lattes/CNPq), pelo qual tem buscado refletir sobre o papel da mídia e sua relação com os temas socioambientais estudados, bem como contribuir para a ampliação da discussão sobre eles na sua produção jornalística e acadêmica. Integra, ainda, a Rede Brasileira dos Jornalistas Ambientais (RBJA) e é moderadora no Brasil da Rede dos Comunicadores Ambientais da América Latina e do Caribe (RedCalc). E-mail: elizabetholiverbr@yahoo.com.br

² Bacharelado em Ecologia e Biologia Marinha pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em Psicologia Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mestrado na Universidade de Southampton (UK) e Doutorado na Universidade de São Paulo na temática de gestão costeira. Pós Doutorado no Museu Nacional de História Natural (MNHN) e Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHSS) na França. Professora do Programa EICOS (Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento/PPED/IE/UFRJ. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento (INCT/FAPERJ/CNPq). Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq/LATTES “Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social” (GABPIS) e de vários projetos de pesquisa e aplicados à gestão pública e autora de várias publicações nas temáticas de Planejamento, Gestão Ambiental e Desenvolvimento, Conservação e gestão da Biodiversidade, Turismo e Sustentabilidade, Desenvolvimento de Tecnologia Social. Participação em diversos grupos de pesquisa no Brasil e no exterior e, consultora senior de Instituições do Sistema das Nações Unidas, instituições governamentais e não governamentais. Na sua produção acadêmica também tem dedicado espaço à análise crítica do papel da mídia no processo de comunicação e sensibilização da sociedade sobre temas socioambientais, entre os quais, a biodiversidade. E-mail: marta.irving@mls.com.br

³As COPs são as Conferências das Partes (países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB), realizadas a cada dois anos. Funcionam como instâncias de decisões sobre as questões relacionadas a essa Convenção da ONU. A CDB foi assinada durante Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92) e marcou o início de um amplo debate global sobre as estratégias consideradas prioritárias para a conservação da fauna, flora e dos sistemas ecológicos que as mantêm. A CDB tem inspirado inúmeras políticas públicas de proteção da biodiversidade no Brasil e no mundo, além de ter motivado avanços na construção de marcos legais e estratégias governamentais focados na gestão democrática e participativa. Os principais objetivos dessa Convenção são a conservação e uso sustentável da biodiversidade, além da repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo uso dos recursos genéticos da diversidade biológica. (Oliveira, 2007)

⁴ Herton Escobar. O otimismo que vem de Nagoya. O Estado de São Paulo, edição de 2 de novembro de 2010. Disponível em:
http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101102/not_imp633576,0.php

⁵ Definições sobre as questões envolvidas com ABS (acesso e compartilhamento dos resultados dos benefícios resultantes do uso genético dos recursos da biodiversidade, na sigla em inglês) disponíveis em:
<http://www.brasil.gov.br/cop10/panorama/o-que-esta-em-jogo/recursos-geneticos-2013-acesso-e-reparticao-de-beneficios-abs>

⁶ Plano Estratégico. Informações sobre as suas 20 metas, além de outras questões sobre o Protocolo de Nagoya e a COP-10 estão disponíveis em:
<http://www.cbd.int/>
<http://www.biotrix.com.br/convencao.html>
<http://www.brasil.gov.br/cop10/panorama/o-que-esta-em-jogo/recursos-geneticos-2013-acesso-e-reparticao-de-beneficios-abs>

⁷ A biodiversidade é definida pelo Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente (IBGE, 2004) da seguinte forma: “Total de genes, espécies e ecossistemas de uma região. A biodiversidade

genética refere-se à variação dos genes dentro das espécies, cobrindo diferentes populações da mesma espécie ou a variação genética dentro de uma população. A diversidade de espécies refere-se à variedade de espécies existentes dentro de uma região. A diversidade de ecossistemas refere-se à variedade de ecossistemas de uma dada região. A diversidade cultural humana também pode ser considerada parte da biodiversidade, pois alguns atributos das culturas humanas representam soluções aos problemas de sobrevivência em determinados ambientes. A diversidade cultural manifesta-se pela diversidade de linguagem, crenças religiosas, práticas de manejo de terra, arte, música, estrutura social e seleção de cultivos agrícolas, dentre outros.”

⁸ O Grupo de países megadiversos é formado por dezessete nações em desenvolvimento que abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta. São elas: África do Sul, Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia, República Democrática do Congo e Venezuela.

⁹ As demandas de organizações ambientalistas são apresentadas no seguinte texto: Finalmente, bons resultados para a biodiversidade na COP 10, de Lígia Paes de Barros, da ONG WWF-Brasil. Publicado em 29 de outubro de 2010. Disponível em:

http://www.wwf.org.br/empresas_meio_ambiente/?26502/Finalmente-bons-resultados-para-a-biodiversidade-na-COP-10

¹⁰ As áreas protegidas são conceituadas pela União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) como áreas terrestres e/ou marinhas especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos.

¹¹ Segundo Diegues (2006), a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, é considerada uma referência histórica para a difusão do conceito de Unidade de Conservação (UC). O autor defende que, o modelo de área protegida, desenvolvido naquela época, e, posteriormente, importado por outros países, foi a origem de conflitos socioambientais que perpassaram gerações e continuam existindo na atualidade, inclusive no Brasil. Na interpretação do autor, tal modelo, causou rupturas de graves proporções entre o homem e a natureza, uma vez que, privilegiou a visão preservacionista de criação de ambientes naturais para desfrute das populações urbanas, retirando deles famílias que aprenderam a conviver com a terra, extraindo os recursos necessários à sobrevivência e, ao mesmo tempo, mantendo estreita ligação de afetividade com a biodiversidade. Para ele, questões fundiárias não-resolvidas ao longo de décadas, entre outros conflitos, foram resultantes desse processo de criação de UCs no Brasil

¹² Unidade de Conservação (UC). “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (BRASIL, 2000)

¹³ Fabiano Ávila. Conferência da biodiversidade termina em acordo. Site de notícias CarbonoBrasil, 01 de novembro de 2010. Disponível em:
http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=726303

¹⁴ Camila Nóbrega. Brasil terá que revisar sua legislação ABS após COP-10. Suplemento Razão Social. Jornal O Globo, edição de 29 de outubro de 2010. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/posts/2010/10/29/brasil-tera-que-revisar-sua-legislacao-de-abs-apos-acordo-na-cop-10-336759.asp>

¹⁵ Giovana Girardi. Biodiversidade além do alcance. Unespciência, edição de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/revista/ed15/bioburocracia>

¹⁶ Fabrício Marques. As sementes de Nagoya. Acordo inédito vence impasse sobre partilha de benefícios da biodiversidade. Revista Pesquisa Fapesp, edição impressa 178, dezembro 2010. Disponível em:
<http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=4299&bd=1&pg=1&lg>

¹⁷ Ministério do Meio Ambiente informa que o governo brasileiro vai enviar ao Congresso Nacional, projeto de lei sobre legislação ABS. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/cop10/panorama/o-que-esta-em-jogo/recursos-geneticos-2013-acesso-e-reparticao-de-beneficios-abs>

¹⁸ Habitat. Lugar onde um animal ou planta vive ou se desenvolve, geralmente diferenciado por características físicas ou plantas dominantes. (IBGE, 2004)

¹⁹ Ecossistema, sistema integrado responsável pela manutenção de espécies da fauna e flora, mas que também atende às necessidades humanas tais como florestas, mares, rios, lagos, mangues, entre outros.

²⁰ RIO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. O evento é considerado um divisor de águas em relação às discussões das questões ambientais globais. Nele, importantes marcos internacionais foram aprovados, incluindo a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção do Clima da ONU.

²¹ Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). No sentido de fortalecer a cooperação com a sociedade brasileira para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais, o Governo brasileiro formalizou a criação do PNAP, pelo Decreto nº 5.758 de 17 de abril de 2006. O objetivo desta política pública é a consolidação, até 2015, de um sistema de áreas protegidas efetivamente manejado e representativo da biodiversidade, com garantia de manutenção no longo prazo. (OLIVEIRA, 2007)

²² Fórum Nacional de Áreas Protegidas (FNAP). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu o FNAP, pela Portaria nº 134/04, de 07 de junho de 2004, com objetivo de atrair a sociedade brasileira, via *Web* e por intermédio de eventos presenciais, para tomar parte nas discussões e, acompanhar, a elaboração das diretrizes do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). (OLIVEIRA, 2007)

²³ SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000). Responsável pela criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação (UCs). Essa política pública de proteção à natureza no Brasil foi inspirada nas diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As categorias de Manejo do SNUC são divididas em: Unidades de Conservação de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional e Refúgio da Vida Silvestre) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável: (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural). (OLIVEIRA, 2007)

²⁴ Veja. Revista semanal de maior circulação no Brasil, segundo o Instituto de Verificação de Circulação (IVC).

²⁵ Espetacularização da notícia. Termo que remete à Teoria do Espetáculo: Teoria Crítica da Moderna Sociedade de Consumo, lançada em 1967 por Guy Debord em Paris, França, utilizada como pano de fundo das análises da pesquisa desenvolvida por Trannin (2005) e nas discussões de Trannin, Irving & Pedro (2006).

²⁶ Entrevista com o jornalista André Trigueiro. As obrigações do jornalismo ambiental. Luiz Egypto. Observatório da Imprensa. 09/01/2006. Disponível em:
http://www.mundosustentavel.com.br/entrevista_09.asp

²⁷ GBO3. Terceira versão do relatório Panorama da Biodiversidade Global, lançada em 2010 e coordenada pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

²⁸. BAN Ki-moon, secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

²⁹ Serviços ambientais. Conceito associado à tentativa de valoração dos benefícios ambientais que a manutenção de áreas naturais pouco alteradas pela ação humana traz para o conjunto da sociedade. Entre os serviços ambientais mais importantes estão a produção de água de boa qualidade, a depuração e a descontaminação natural de águas servidas (esgotos) no ambiente, a produção de oxigênio e a absorção de

gases tóxicos pela vegetação e a manutenção de estoques de predadores de pragas agrícolas, entre outros. (IBGE, 2004)

³⁰ “Desde 1957, por decisão da Assembléia Geral da ONU, a UNESCO implementa o chamado Ano Internacional. A cada ano que passa um assunto é nomeado como prioridade para a agenda socioambiental mundial: 2001 foi o ano do voluntariado, 2003 foi a vez da água potável e 2010 é o ano da biodiversidade. O intuito é chamar a atenção da sociedade civil e dos tomadores de decisão para questões essenciais à tão cobiçada sustentabilidade. Espera-se que essa conscientização gere um engajamento que, por sua vez, seja traduzido em mais recursos e tempo para estas causas, ou seja, em projetos concretos”. Disponível em: <http://gvces.wordpress.com/2010/01/>

³¹ Achim Steiner. Diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

³² Conforme análise de Luiz Fernando Krieger Merico, coordenador Nacional da organização ambientalista União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) no Brasil. Queremos proteger a biodiversidade? Site do Ministério das Relações Exteriores, edição de 04/10/2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/valor-economico/2010/10/04/queremos-protoger-a-biodiversidade>

³³ ENBPAs é a sigla de Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação. Segundo a organização ambientalista IUCN (na sigla em inglês), no artigo 6 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) se solicita que os países signatários (chamados de Partes da CDB) desenvolvam ENBPAs, consideradas fundamentais à implementação de diretrizes e metas dessa Convenção. Para que as ENBPAs sejam implementadas, de fato, as Partes têm como desafio, o desenvolvimento de estratégias de comunicação, educação e consciência pública (CEPA, na sigla em inglês) para estimular a sociedade em relação à conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais. HESSELINK, F.J. *et al.* (2007).

³⁴ Keith Wheeler, presidente da Comissão de Educação e Comunicação (CEC) da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) afirma na apresentação da publicação *Comunicación, Educación y Conciencia Pública. Una caja de herramientas para personas que coordinan las Estrategias y planes de acción nacionales sobre diversidad biológica* (Montreal, 2007), que a organização ambientalista está formando uma rede de aprendizagem centrada nos temas de educação e comunicação com enfoque estratégico em sustentabilidade.

³⁵ Tradução livre de “Las personas expertas atribuyen esta falta de atención de los medios a la ignorancia acerca de la diversidad biológica, y abogan fuertemente sobre la necesidad de ‘educar’ a los medios de comunicación”. (HESSELINK, F.J. *et al.*, 2007, p.190)

³⁶ Com base em análise de Sérgio Abranches. Mídia, biodiversidade e mudança climática. Rádio CBN, edição de 21 de maio de 2010. Texto e áudio disponíveis em: <http://www.ecopolitica.com.br/2010/05/21/midia-biodiversidade-mudanca-climatica/>

³⁷ Assim como a agenda da biodiversidade é tratada no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a Convenção do Clima da ONU é o principal fórum internacional para decisões sobre a agenda climática.

³⁸ Entrevista de Marta Irving à revista Brasil Sustentável. Elizabeth Oliveira. Elos perdidos. Edição 27, fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.cebds.org.br/cebds/publicacoes/Brasil%20Sustentavel%2027.pdf>

³⁹ Reflexões da jornalista Cilene Victor, presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico, durante evento que reuniu estudantes e profissionais de jornalismo. Conteúdo disponível em: <http://www.amazonia.fiocruz.br/br/component/content/article/619-curso-promove-reflexoes-sobre-praticas-de-divulgacao-cientifica-por-jornalistas.html>

⁴⁰ 2010 – O ano da biodiversidade. Blog Coletivo Sustentável. (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas – Gvces). 13/01/2010.

Disponível em:

<http://gvces.wordpress.com/2010/01/>

⁴¹ A jornalista Amália Safatle discute desafios relacionados às questões da conservação da biodiversidade no artigo: Biodiversidade. Terra Magazine. 23/02/2010.

Disponível em:

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4279668-EI6780,00-Biodiversidade.html>

⁴² Jornalista Maria Zulmira de Souza, palestrante convidada em 2006, durante a Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8), realizada no Brasil, na cidade de Curitiba, para um seminário de capacitação que mobilizou 160 jornalistas e discutiu o papel da mídia na cobertura dos temas relacionados à agenda da biodiversidade. Disponível em:

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=18361&tit=Capacitacao-sobre-biodiversidade-reune-160-jornalistas-de-todo-o-pais-no-Parana>